

Direitos Humanos questiona impunidade no Espírito Santo

JOSÉ CARLOS MATTEDI

Brasília - Sucursal - Em virtude de denúncias de impunidade e da onda de violência no Espírito Santo, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão ligado ao Ministério da Justiça, abriu processo para investigar a situação no Estado e ouvirá autoridades capixabas ligadas à segurança pública e ao Judiciário. A decisão foi tomada ontem, após a reunião mensal do Conselho, que deseja conhecer as medidas que estão sendo tomadas para combater a criminalidade e saber sobre as suspeitas de impunidade e negligência nas instituições capixabas.

Serão ouvidos, na primeira quinzena de dezembro, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Wellington Citty, o secretário de Justiça, Luiz Sérgio Aurich, e o secretário de Segurança, José Rezende. A convocação atendeu ao pedido do deputado federal e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Nilmário Miranda (PT-MG). Da reunião no CDDPH participaram, dentre outros, o ministro da Justiça, José Carlos Dias, o secretário dos Direitos Humanos, José Gregori, o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, além de Nilmário.

Os motivos que levaram o CDDPH a abrir processo para apurar a situação de desmando no Espírito Santo, segundo Nilmário, são o grande número de pessoas ameaçadas de morte, a impunidade, a tomada das instituições por contraventores e a atuação da Scuderie Le Coq. "Estou estarecido com as coisas no Espírito Santo", disse o petista, que compara o quadro capixaba com o de outros Estados, como Acre, Maranhão, Piauí e Alagoas. "Há, em terras capixabas, uma crise institucional. Por isso, pedi que fosse aberta uma ação de emergência", destacou.

Geraldo Brindeiro, contou o deputado, concordou que a situação no Espírito Santo é crítica e citou o relatório que recebeu do procurador Ronaldo Albo, posteriormente repassado ao Ministério da Justiça. De acordo com Nilmário, um terço do efetivo da Polícia Federal no Estado está mobilizado para proteger testemunhas ameaçadas, e que pessoas indiciadas continuam exercendo suas funções. Como exemplo, ele citou a Scuderie Le Coq que, apesar das intervenções judiciais para que acabe, permanece atuando. "Os acusados continuam mandando e mexendo nos processos. Inquéritos não são concluídos e processos desaparecem. É estarecedor", sublinhou.